

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Isolamento elétrico custa R\$ 6,3 bilhões aos consumidores	2
Título: Abastecimento oscila entre 5 e 20 horas por dia em cidades de RR	4
Título: Investidor de longo prazo e o setor elétrico	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Nove anos após leilão, torres eólicas estão abandonadas na Bahia	6
Título: Setor de petróleo volta a contratar e já se prevê criação de 400 mil vagas	8
Título: Pré-sal, corte de gasto e reformas podem tirar contas do vermelho em 2022, estima governo	11
Título: Culpar para confundir	12
Título: Água manchada	13
Título: País do pré-sal gasta zero na prevenção de desastres	14
Título: Volume de óleo nas praias do Nordeste diminuiu, diz Marinha	17
VEÍCULO: O Globo	18
Título: Preservar ou explorar, um debate sem fim para índios	18
Título: O governo político ameaça o governo que trabalha	20
Título: A BARRAGEM DA BARRAGEM	22
Título: As tragédias e o povo brasileiro	22
Título: Praia liberada por ministro do Turismo estava imprópria	24

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/10/2019****Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Isolamento elétrico custa R\$ 6,3 bilhões aos consumidores**

País tem 235 localidades desplugadas, a maioria na Região Norte, que dependem da energia produzida a partir da queima de diesel

Os reflexos do isolamento elétrico da cidade de Boa Vista (RR), única capital do País que ainda não está plugada na malha do sistema interligado nacional de energia (SIN), ficaram mais nítidos em março deste ano, quando Roraima deixou de importar energia da Venezuela e passou a depender, exclusivamente, da geração de usinas térmicas brasileiras, praticamente todas elas movidas a combustível. Boa Vista, no entanto, está longe de ser a única localidade do País que sofre com as limitações do setor.

Os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), órgão que gerencia o abastecimento diário do País e planeja sua demanda para os anos seguintes, apontam que, atualmente, ainda existem 235 localidades no Brasil que não possuem ligação com o SIN. São os chamados “sistemas isolados”, que dependem diariamente da energia produzida por usinas locais para ter luz. Em 99% dos casos, tratam-se de quilowatts gerados pela queima de óleo diesel.

O levantamento oficial mostra que, quando considerada a malha interligada de energia, a qual já chega a 141.388 quilômetros de extensão, os isolados são apenas 0,6% das localidades do País. O custo para 2020 desses 235 locais, porém, nas contas do ONS, chegará a R\$ 6,31 bilhões, um valor que é pago por todos os consumidores de energia do País, por meio de subsídio incluído mensalmente na conta de luz.

Os isolados. São oito os Estados que possuem locais isolados do sistema elétrico nacional. Amazonas é o que possui o maior número desses pontos, com 95 regiões. Roraima está em segundo lugar, com 82 localidades fora da rede interligada.

“Naturalmente, há regiões que precisam imediatamente ser conectadas, como é o caso de Boa Vista, que consome boa parte da energia dos sistemas isolados. Há outros locais, porém, que efetivamente não precisam dessa conexão, e sim de uma solução mais adequada de abastecimento, para que o preço da energia

dessa região caia”, diz Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, especializado no setor elétrico.

Os números falam por si. Enquanto o custo de energia nas áreas interligadas tem ficado em R\$ 176 o megawatt (MWh), o preço dessa mesma energia para o sistema isolado é de R\$ 1.287 o MWh, por causa do alto custo do diesel, que também é o suprimento mais poluente da matriz elétrica. “Isso mostra o quanto essa situação precisar mudar, com o avanço de novas ligações e outras fontes de geração”, diz Sales.

Em maio deste ano, dois meses depois de romper com o abastecimento precário gerado por hidrelétricas da Venezuela, o governo brasileiro conseguiu fazer um leilão para Roraima com geração a gás, pelo custo de R\$ 833 o MWh. Essa energia, que sairá de uma térmica do Amazonas, no entanto, só passa a chegar em 2021. “É uma queda importante de preço se comparada ao custo anterior, mas ainda é alto quando se vê o preço pago pelo resto do País”, afirma o presidente do Acende Brasil.

O ONS reconhece que, neste ano, a interrupção da importação de energia da Venezuela, ainda que fosse precária e com apagões diários, tem “um alto impacto na operação no ano de 2019 e na previsão de atendimento energético do sistema de Boa Vista para o ano de 2020”. Segundo o órgão, essa situação terá “um impacto significativo previsto para o ano que vem. Plugadas. Bernardo Folly de Aguiar, superintendente de projetos de geração da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão responsável pelo planejamento do setor elétrico, afirmou que, até 2023, há previsão de que ao menos 47 localidades isoladas sejam finalmente plugadas na rede nacional.

Outras tantas, porém, não têm previsão para que isso ocorra: “É uma equação econômica que precisa ser feita. Em muitos lugares, não é viável levar a rede de transmissão, mas sim investir em diferentes fontes de energia para garantir o abastecimento.” Se somada a energia consumida pelas 235 localidades isoladas, chega-se a um total de 468 MW médios, diz Claudio Sales. “Para se ter uma ideia do que isso significa, a cidade de Santos, no litoral de São Paulo, por exemplo, consome sozinha 700 MW médios.

Por isso, é preciso analisar o que vale a pena, em cada caso.” Nas contas do ONS, em 2020 está previsto um aumento de 7,8% no consumo de gás natural e de 0,2% de óleo diesel pelos sistemas isolados. A redução no custo dessa energia está na diminuição da dependência de combustíveis fósseis e no investimento de outras fontes complementares, como a energia solar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/10/2019****Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Abastecimento oscila entre 5 e 20 horas por dia em cidades de RR**

Segundo o ONS, em 2020, energia será 24 horas por dia em todos os locais hoje isolados, menos em Roraima

Nas vilas ribeirinhas do Rio Jatapuzinho, no município de Caroebe, em Roraima, a energia elétrica é um luxo que dura cerca de seis horas por dia. Nos arredores da Vila de Samaúma, na cidade de Mucajaí (RR), o privilégio de ligar a luz só está disponível por dez horas. Depois disso, o que resta é o breu. A realidade desses municípios expõe a precariedade dos serviços de energia na região e o quanto estes ainda precisam avançar pelo interior de Roraima. Das 82 localidades do Estado isoladas do sistema elétrico nacional, conforme levantamento do início deste ano, 68 não têm acesso à energia durante 24 horas por dia.

O abastecimento nesses locais oscila entre 5 horas e 20 horas, no máximo, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O ONS garante que, em 2020, o atendimento 24 horas, todos os dias, será uma realidade para todos os locais isolados do País, com exceção de Roraima, que ainda vai ficar na fila por uma solução definitiva. “Essa situação envolve, normalmente, comunidades indígenas e ribeirinhas. É uma realidade dinâmica, que vai mudando conforme o adensamento local”, comenta Gustavo Pires da Ponte, consultor técnico da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A distribuidora Roraima Energia, responsável pelo abastecimento no Estado, diz que vai fazer sua parte. Rodrigo Moreira, diretor técnico e comercial da concessionária, afirma que, nos próximos dois anos, todas as localidades isoladas de Roraima terão suprimento 24 horas por dia, seja por meio de interligação com o sistema nacional, seja pela instalação de novas fontes de geração híbrida, o que incluirá o uso de painéis solares e baterias, entre outras fontes de energia. “Hoje, não são mais 82 localidades isoladas, mas 74 localidades. Estamos trabalhando para reduzir essa situação. Eu acredito que, já em 2020, devemos atender a mais 40 localidades. As demais serão atendidas até 2021”, comentou Moreira.

A prioridade do governo federal, no momento, é garantir a ligação de Boa Vista com o sistema interligado nacional. Em 2012, a construção da linha de 750 quilômetros de extensão, até Manaus (AM) foi leiloadada, com a previsão de que a obra estivesse pronta em 2015. Sete anos depois, porém, nada foi executado, por causa de um emaranhado de obstáculos socioambientais e deficiências nos

estudos de licenciamento apresentados pela concessionária que venceu o leilão. Até o momento, o governo não tem uma solução para o imbróglio. A linha segue sem data para ficar pronta. / A. B.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/10/2019

Seção: Opinião

Autor: Claudio Sales, Eduardo Müller Monteiro e Paulo Guilherme Coimbra

Título: Investidor de longo prazo e o setor elétrico

Conclusões robustas sobre a rentabilidade das empresas do setor elétrico ou de outros setores de infraestrutura, caracterizados por serem altamente intensivos em capital, exigem escolha cuidadosa do indicador econômico- financeiro, porque a rentabilidade medida por indicadores mais conhecidos, como o lucro líquido e o Ebitda (acrônimo em inglês que expressa a capacidade de geração de caixa operacional de uma empresa), não incorpora o peso dos investimentos que precisam ser aportados para que tais lucros ou fluxos de caixa sejam gerados. A fim de expressar a relevância da intensividade de capital no setor elétrico, o Instituto Acende Brasil, em parceria com a KPMG, acaba de lançar um estudo sobre a rentabilidade do setor elétrico adotando como indicador o EVA (Economic Value Added ou Valor Econômico Agregado) para o horizonte de 2011 a 2018.

O EVA foi adotado exatamente por expressar, na sua formação, o peso tanto do capital próprio (aportado pelos acionistas) quanto o do capital de terceiros (aportado por financiadores), e é por essa razão que ele é capaz de estabelecer a conexão entre quanto capital foi necessário investir para que fosse possível gerar os resultados obtidos. O estudo compreendeu a análise dos dados financeiros de 47 empresas que atuam nos três elos físicos da cadeia de valor do setor (geração, transmissão e distribuição de eletricidade) e está disponível em www.acendebrasil.com.br/estudos. Os resultados obtidos permitem várias conclusões que, inclusive, requereram a separação em dois cenários: um Cenário Base, que contém resultados de todas as 47 empresas; e um Cenário sem Eletrobrás e suas subsidiárias.

Uma primeira conclusão é atrelada à diferença de desempenho entre empresas estatais e privadas: quando são somados os EVAs dos oito anos do estudo, enquanto no cenário “com a Eletrobrás” houve um EVA negativo total de R\$ 145 bilhões, no cenário “sem a Eletrobrás” o resultado negativo cai para cerca de R\$ 70 bilhões, ou para menos da metade. Isso quer dizer que, apesar de todos os esforços do novo presidente da Eletrobrás, que assumiu a empresa em julho de 2017, a janela de tempo do estudo (com dados até 2018) ainda não captou os resultados das iniciativas adotadas pela nova gestão para livrar a estatal dos

fenômenos perversos que afligem a Eletrobrás há décadas e que começam a ser removidos: interferência política, cultura ineficiente e captura por grupos de pressão internos e externos.

Uma segunda conclusão importante se refere ao perfil dos investidores e como eles acreditam no potencial de longo prazo do setor elétrico: entre 2017 e 2018, apesar de o lucro líquido ter subido 8,2%, o capital investido subiu 13%, de R\$ 410 bilhões para R\$ 463 bilhões. Além de indicarem compromisso com o futuro, esses números também revelam aumento de investimentos para modernização dos ativos e melhoria dos serviços. Importante notar que, apesar de ter havido lucro líquido nestes dois anos, o EVA permaneceu negativo.

Como terceira conclusão, a constatação de EVA negativo em todos os anos do estudo – ou seja, retorno de capital inferior ao custo de capital – abre caminho para sérias reflexões sobre as escolhas metodológicas e a dosimetria a serem adotadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na calibragem dos retornos regulados do setor por meio da estimação dos custos de capital regulatórios, parâmetros que acabam de entrar em audiência pública a ser concluída no início de dezembro.

RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE E DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO ACENDE BRASIL E SÓCIO DE CORPORATE FINANCE DA KPMG

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/10/2019

Seção: Mercado

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Nove anos após leilão, torres eólicas estão abandonadas na Bahia

Já foram investidos R\$ 400 milhões no complexo, que a Chesf espera concluir até outubro do ano que vem

Fincadas na zona rural de Casa Nova (502 km de Salvador), uma das regiões mais inóspitas do sertão baiano, 30 torres eólicas geram uma falsa impressão aos incautos que por ali passam.

As torres estão de pé e as pás giram com a força dos ventos, mas não geram um mero kilowatt de energia elétrica.

Concebido para ser o primeiro parque eólico da Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) no país, o parque Casa Nova I segue sem ter sido concluído nove anos depois do leilão no qual a estatal arrematou o lote.

A Folha encontrou no local um cenário de terra arrasada, com turbinas eólicas abandonadas em meio a um terreno rodeado apenas por uma cerca de arame. Ao todo, R\$ 400 milhões já foram investidos no complexo.

Com ares de monumento à ineficiência, o imbróglio dá combustível à ala do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) ligada ao ministro da Economia Paulo Guedes que defende a privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias — dentre elas, a Chesf.

A estatal, responsável pela construção e gestão das principais usinas hidrelétricas do Nordeste — como as de Paulo Afonso, Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco —, decidiu investir no segmento de energia eólica no final da década passada, ainda durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A ideia inicial era erguer três parques eólicos com capacidade instalada de 180,28 e 26 megawatts cada. O maior deles seria o parque Casa Nova I, cuja autorização para construção foi concedida em 2010, com meta para ser concluído em 2013.

O andamento da obra, contudo, foi prejudicado pela crise da Impsa, empresa argentina contratada pela Chesf para fornecimento e montagem dos aerogeradores que entrou em recuperação judicial em 2011. Das 120 torres previstas para o parque, só 30 foram montadas.

A Chesf dispensou os funcionários que trabalhavam na construção do parque e paralisou as obras. Desde então, o canteiro de obras tem sido alvo de furtos, e equipamentos foram danificados pela falta de manutenção.

Também previstos para o complexo, os parques Casa Nova II e Casa Nova III já foram inaugurados em março de 2018 e operam normalmente,

com um potencial para fornecer energia para 57 mil residências.

Em nota, a Chesf afirmou que, desde a paralisação em 2014, buscou alternativas de soluções técnicas e jurídicas para resolver o imbróglio.

“Além das dificuldades jurídicas, havia todo um contexto técnico, devido à especificidade das tecnologias utilizadas por cada fabricante do setor, o que dificultava a retomada das obras em campo”, afirmou a estatal.

A empresa disse que a conclusão será feita de forma gradativa e decidiu fazer uma subdivisão em sete parques eólicos, ao invés dos três originalmente previstos. Em diferentes estágios de instalação, eles têm em média 30% de execução física.

De acordo com a estatal, componentes e materiais para os parques já foram fabricados, inspecionados e estão em trânsito para o Brasil. Os trabalhos em campo devem começar até o final do ano, com previsão de conclusão em outubro de 2020.

Sobre os furtos de equipamentos na região, a Chesf informou que registrou ocorrência na delegacia e reforçou a segurança do complexo.

Na cidade de Casa Nova, a obra é vista com pela comunidade como um retrato do desperdício de recursos públicos. E expõe o contraste com uma cidade pobre em que a eletricidade chegou a apenas 74,4% das casas da zona rural.

Separados apenas por uma cerca do terreno onde foram instaladas as torres eólicas que ainda não funcionam, os lavradores Maria Francisca de Jesus, 49, e Adeilson Soares de Sá, 40, vivem há dois anos em uma pequena casa de tijolos aparentes e sem ligação com a rede de energia elétrica.

À noite, o casal usa uma bateria automotiva para iluminar os dois cômodos da casa. Não possuem geladeira, nem televisão.

“Se não fosse essa bateria, a gente estaria completamente no escuro”, diz Maria Francisca, enquanto vê da janela as torres eólicas girarem com os ventos sem gerar energia.

A cena simboliza a contradição dos caríssimos equipamentos de geração de energia eólica ao lado de comunidades pobres com famílias que ainda vivem como no século 19.

A contradição, contudo, não é tão somente simbólica: a energia que seria gerada pelas torres seguiria para o Sistema Interligado Nacional.

A ligação da casa de Maria e Adeilson com o sistema interligado é responsabilidade da Coelba, concessionária de energia que atende a cidade.

A empresa informou que deve atingir a universalização do abastecimento da zona rural de Casa Nova somente até 2021, conforme regulação da Aneel (Agência Nacional de Energia Nacional de Energia Elétrica).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Setor de petróleo volta a contratar e já se prevê criação de 400 mil vagas

Diante de boom do petróleo, vazamento de óleo nas praias é alerta para que o país reforce a segurança

Depois de seis anos, o emprego no setor de petróleo voltou a subir em 2019, puxado principalmente pelas atividades de apoio à exploração. Com a demanda gerada pelas últimos leilões, o setor espera a criação de até 400 mil novas vagas nos próximos dois anos e já fala em gargalos de mão de obra, diante da fuga de profissionais durante a crise.

Para os especialistas, no entanto, há um alerta nos negócios com petróleo, que interessam empresas locais e companhias globais, além de mobilizar estados e municípios que demandam os royalties.

A retomada ocorre no momento em que um vazamento de origem desconhecida contamina milhares de quilômetros da costa. O boom do pré-sal precisa ser acompanhado por medidas de prevenção e remediação, pois a atividade tende ser intensa nos próximos anos, o que e vai demandar atenção redobrada das autoridades (leia mais na pág. B8).

Segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) compilados pela LCA Consultores, o saldo do emprego nas atividades de exploração e apoio à exploração de petróleo no país é positivo em 306 vagas até setembro.

Mantido o ritmo, 2019 será o primeiro ano desde 2012 com aumento dos empregos no setor — nesse meio tempo, a crise da Petrobras e a suspensão dos leilões de novas áreas desmobilizaram a indústria, levando a enxugamento de vagas em praticamente todos os elos da cadeia.

O economista da LCA Rodrigo Nishida pondera que a indústria de exploração de petróleo não é intensiva em mão de obra o suficiente para impactar os elevados índices de desemprego no país, mas tem potencial de gerar vagas em outras indústrias fornecedoras de máquinas e equipamentos.

Além disso, segundo estatística do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre o tema, paga salários sete vezes maiores do que a média nacional — em 2017, o rendimento médio no setor era de 21,3 salários mínimos.

Formado em manutenção industrial, Edmário Pio, 48, retrata a retomada do emprego na área. Ainda empregado de uma companhia de celulose, começou a se preparar em 2012 para entrar na indústria de petróleo, mas só conseguiu a vaga em maio deste ano.

“Queria muito vir para o mercado offshore (de exploração de petróleo no mar), mas infelizmente teve crise e as oportunidades foram fechadas”, conta Pio. Baiano, nascido próximo ao berço do petróleo brasileiro, ele é filho e irmão de petroleiros.

Hoje empregado em uma plataforma da norueguesa Equinor na Bacia de Campos, ele diz que teve um ganho de 50% no salário. Vive embarcado, em turnos de 14 dias longe da mulher e dos dois filhos, mas não vê problemas. “Como sempre quis isso, ainda estou meio deslumbrado.”

Segundo especialistas, a virada do emprego no setor reflete a entrada em operação de novas plataformas da Petrobras e a retomada dos leilões de áreas exploratórias nos últimos anos.

“Quem comprou áreas exploratórias a partir de 2017 já está contratando pesquisa sísmica [espécie de ultrassonografia do subsolo] e perfuração de poços”, diz o secretário executivo do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo), Antônio Guimarães.

Estudo feito pelo IBP em parceria com a consultoria EY vê potencial para a geração de até 400 mil empregos diretos e indiretos no setor até 2022. A projeção não considera o megaleilão da cessão onerosa, agendado para o próximo dia 6, mas com impactos no mercado só em meados da próxima década.

Trata, porém, das previsões de investimentos no estoque atual de áreas. Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), entre 2019 e 2022, 12 novas plataformas iniciam operação no país. Cada uma demanda serviços como perfuração de poços e transporte de pessoas e insumos, por exemplo.

Uma delas é da Equinor, que começa a instalar este ano a quarta plataforma do campo de Peregrino, onde Pio trabalha. Com início de operação previsto para o fim de 2020, a unidade ampliará a capacidade de produção dos atuais 94 mil para 110 mil barris por dia.

Com operações também no pré-sal, a empresa iniciou um programa interno para formar gerentes de plataformas de produção — a companhia prevê instalar entre 2023 e 2024 aproxima unidade, desta vez no pré-sal da Bacia de Santos.

Única mulher entre os postulantes a uma posição ainda predominantemente masculina, a engenheira Fernanda Menezes, 40, vê no processo chances de abrir novas oportunidades de carreira dentro da empresa. “É um processo de aprendizado importante”, diz.

Assim como seu colega Pio, Menezes também não vê grandes dificuldades na vida de embarcado. “Hoje, com a tecnologia, é muito mais fácil”, afirma ela, contando que duas vezes ao dia faz chamadas de vídeo para falar com o marido e o filho de cinco anos.

O setor vê riscos de gargalo na contratação de mão de obra em meados da próxima década, quando começam a entrar em operação as grandes plataformas dos últimos leilões. “Durante a crise, muita gente se afastou da indústria”, diz Guimarães, do IBP

Em março, a ANP autorizou aportes de R\$ 60 milhões com recursos repassados pelas petroleiras para custear bolsas de estudos durante cinco anos —as empresas são obrigadas a transferir entre 0,5% e 1% da receita dos campos para desenvolvimento tecnológico.

Antes, essa verba era focada em instalações de pesquisa, mas com a necessidade de formação de mão de obra, passará a ser direcionada a qualificação. “Precisamos atrair novos profissionais”, diz o responsável pela área na agência, Alfredo Renault.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo e Thiago Resende

Título: Pré-sal, corte de gasto e reformas podem tirar contas do vermelho em 2022, estima governo

A equipe econômica trabalha com uma nova expectativa: pôr as contas do governo no azul até o fim do mandato de Jair Bolsonaro. As projeções oficiais ainda indicam um déficit até 2022. Mas o impulso na arrecadação com petróleo leva o governo a traçar previsões mais positivas.

Marcado para 6 de novembro, o megaleilão da cessão onerosa do pré-sal renderia não apenas receitas com o chamado bônus de outorga (R\$ 106 bilhões, a serem pagos pelas empresas vencedoras), mas royalties por 20 anos.

Técnicos contam ainda com melhoria em indicadores econômicos, que beneficiariam a arrecadação, por causa de medidas a serem implementadas como a reforma tributária e corte de despesas.

Os royalties, por exemplo, não eram considerados nos cálculos da equipe econômica para o resultado dos próximos anos. Por isso, os números oficiais da equipe de Guedes ainda apontam a existência de déficits até 2022.

As projeções oficiais, feitas em abril, indicam um rombo fiscal de R\$ 124,1 bilhões em 2020. A estimativa é de déficit de R\$ 68,5 bilhões em 2021, e de R\$ 31,4 bilhões em 2022.

Uma melhora deve ocorrer já neste ano. Recentemente, técnicos da pasta passaram a calcular que será possível cumprir com folga a meta fiscal de 2019, de déficit de R\$ 139 bilhões. Com os recursos do petróleo e o empoçamento (dinheiro que fica parado nos ministérios sem ser gasto por motivos diversos), o resultado poderá ficar perto de um rombo de R\$ 80 bilhões.

Já sobre 2022, uma eventual revisão ao longo do mandato deve apontar para um superávit pequeno e ainda não próximo do ideal para reverter a trajetória da dívida pública.

Por causa da queda na taxa básica de juros, estimativas recentes apontam para um certo alívio no ajuste fiscal, que exigiria um percentual menor de superávit (entre 1% e 1,2%) para estabilizar a dívida em proporção ao PIB (Produto Interno Bruto).

A dívida líquida do setor público corresponde hoje a 54,8% do PIB, de acordo com dados do Banco Central. A dívida bruta, a 79,8%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/10/2019

Seção: Opinião

Autor: Bruno Boghossian

Título: Culpar para confundir

Quando a barragem da Vale em Brumadinho (MG) se rompeu, em janeiro, o vice Hamilton Mourão afirmou que a conta do desastre não era do governo. “Nós assumimos faz 30 dias”, argumentou. Era verdade. Depois, Jair Bolsonaro sobrevoou a região de helicóptero e declarou que trabalharia para “cobrar justiça”.

O novo governo não teve lá muito incômodo naquele primeiro megadesastre ambiental, principalmente porque havia um responsável óbvio, a mineradora. Numa entrevista de rádio, o presidente destacou que “a questão da Vale do Rio Doce não tem nada a ver” com sua gestão.

A busca por culpados funciona como válvula de escape para Bolsonaro nessa área. Um desavisado poderia se impressionar com um aparente esforço para aplicar punições em crimes do tipo, mas o festival de invencionices do governo mostra que o interesse é só confundir.

Nos quase dois meses desde o derramamento de toneladas de petróleo no litoral do Nordeste, o presidente e o ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) se mostraram mais preocupados em buscar vilões do que em controlar a extensão da tragédia.

O governo só bateu bumbo para dizer que o óleo era venezuelano e fantasiar sobre o envolvimento do Greenpeace. “Tem umas coincidências na vida, né...”, escreveu Salles, apontando que um navio da ONG estaria na região na época do derramamento — o que não foi provado.

Faltou explicar por que a dupla se esmerou em desmontar órgãos ambientais e demorou 41 dias para acionar o plano de contingência.

O interesse público fica atrás do jogo político. Nas queimadas da Amazônia, Bolsonaro disse que ONGs teriam causado a destruição para desgastá-lo. Até agora, as investigações mostraram que o tal “dia do fogo” foi organizado por empresários.

O governo só faz o contrário: dá sinais de que não tem disposição para punir crimes ambientais. Em abril, Bolsonaro chegou a gravar um vídeo para anunciar que fiscais estavam proibidos de destruir equipamentos usados no desmatamento ilegal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Água manchada

Painel S.A

Neste ano em que o Brasil enfrenta o maior desastre ambiental de sua história com o vazamento de óleo de origem desconhecida no Nordeste, o país lida com outros recordes negativos na área. A Petrobras vai fechar 2019 com o maior patamar de multas por infrações ambientais diversas aplicadas pelo Ibama nos últimos cinco anos. De janeiro a outubro, a estatal brasileira recebeu 316 autuações do órgão, número que já supera as 311 que acumulou em todo o ano passado.

Calculadora

Desde 2015, a estatal foi autuada 765 vezes. Somadas, as multas alcançam R\$ 274 milhões em infrações. Só 40% delas, aproximadamente, são classificadas pelo Ibama como quitadas e somam R\$ 11,8 milhões.

Escala

Individualmente, a maior multa do período analisado, de R\$ 35 milhões, foi registrada em agosto, segundo levantamento feito pela coluna com dados públicos no site do Ibama. As três penalidades seguintes mais caras também aconteceram em 2019.

A pagar

As 456 multas não quitadas, segundo o Ibama, são classificadas em diferentes categorias. Algumas estão em processo na Justiça, outras foram notificadas e aguardam pagamento ou recurso. Também há casos de cobrança judicial e até prescrição ou baixa, entre outras situações.

Outro lado

Procurada, a Petrobras afirma que “adota as melhores práticas de gestão ambiental” e que tem “respeito à vida, às pessoas e ao ambiente”. Em nota, diz que “apesar das medidas preventivas, caso ocorram incidentes, de imediato são verificadas as causas e usados todos os recursos para a mitigação”.

Porte

A Petrobras anunciou na quinta (24) o resultado do terceiro trimestre, com lucro de R\$ 9,1 bilhões, alta de 36,8% com relação ao mesmo trimestre do ano passado.

Onda

O governo Bolsonaro aponta a Venezuela como origem do vazamento do óleo no litoral do Nordeste. Análise de coletas feitas pela Universidade Federal da Bahia chegou a conclusão semelhante.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/10/2019

Seção: Especial

Autor: Nicola Pamplona

Título: País do pré-sal gasta zero na prevenção de desastres

Brasil não destina royalties do petróleo para prevenir desastres como o atual

País também não assinou convenção internacional que funciona como um seguro para vazamentos

Mesmo com o aumento da receita do petróleo e diante da projeção de crescimento das exportações, o Brasil não tem previsão de destinação obrigatória dos royalties para prevenção e remediação de desastres como o que atinge as praias do Nordeste desde o fim de agosto.

Segundo especialistas ouvidos pela Folha, o crescimento da produção do pré-sal e, consequentemente, das exportações de petróleo do país cria a necessidade de estabelecer fontes de recursos e uma estrutura de resposta a emergências.

Na crise atual, o Ibama vem usando recursos de outras fontes para cobrir os custos. Responsável pela operação nas praias, a Petrobras está gastando dinheiro do próprio caixa sob a promessa de reembolso, já que não é responsável pelo vazamento.

Procurado, o Ministério do Meio Ambiente não respondeu a pedido de entrevista.

Ainda não há estimativas sobre o custo total com a re-mediação das praias atingidas, mas a coordenadora-geral de Emergências Ambientais do Ibama, Fernanda Pirillo, fala em milhões de reais. “O ideal seria ter um fundo para casos de emergência, que possa ser usado de forma mais rápida”, diz ela.

Entre os custos estão o de deslocamento de técnicos para coordenar os trabalhos, contratação de mão de obra para retirar o óleo, equipamentos de segurança, transporte do óleo recolhido e uso de aeronaves e embarcações durante a emergência.

Na quinta (24), Ministério Público do TCU (Tribunal de Contas da União) pediu abertura de fiscalização para apurar a conduta do governo federal. O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado solicitou o acompanhamento de recursos que eventualmente sejam pagos pelos responsáveis pelo desastre ambiental.

O Plano Nacional de Contingência prevê que um coordenador operacional seja responsável pela contabilização dos gastos para cobrança de eventuais poluidores. Caso a origem permaneça desconhecida, o Ministério Público entende que a conta é da União.

Até 2012, a lei que rege a distribuição dos royalties do petróleo previa que parte dos recursos destinados aos ministérios do Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia fossem investidos em prevenção e resposta a poluição e danos causados ao meio ambiente pela indústria do petróleo.

Especialista em petróleo do escritório Trench, Rossi e Watanabe, a advogada Gabriela Bezerra Fischer lembra que a lei que alterou as regras, criando o Fundo Social e destinando parte da receita para educação e saúde, eliminou essa obrigação.

O texto aprovado no governo Dilma Rousseff cita o meio ambiente apenas na obrigação de investimentos em programas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Em 2013, ano seguinte à mudança, a receita com royalties e participações especiais sobre a produção de petróleo no Brasil foi de R\$ 42,9 bilhões, em valores corrigidos pela inflação até dezembro de 2018. No ano passado, atingiram o recorde de R\$ 53 bilhões.

Em 2018, o Ministério do Meio Ambiente ficou com R\$ 551 milhões e o Ministério de Ciência e Tecnologia, com R\$ 1,2 bilhão.

“Já passou da hora de destinarmos parte das receitas dos royalties para estruturar um sistema sério, que envolva todos os estados, de resposta a esse tipo de acidente”, diz o economista Cláudio Porto, da consultoria Macroplan, que é especializado em royalties do petróleo.

O consultor Adriano Pires, do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), lembra que o Brasil se tornará exportador de petróleo, com inevitável aumento no tráfego de petroleiros. Em uma década, segundo a Empresa de Pesquisa Energética, a produção nacional deve subir dos atuais 3 milhões para 5,5 milhões de barris por dia.

“O Brasil vai produzir cada vez mais óleo e os navios venezuelanos vão continuar passando em frente ao Nordeste, então temos que criar uma política responsável para responder a acidentes”, afirma Pires. “Esse caso mostra claramente que não estamos preparados.”

Embora tenha criado uma estrutura de resposta a desastres com petróleo, o Plano Nacional de Contingência não especificou as origens dos recursos. Um dos órgãos responsáveis pelo tema, o comitê de suporte, foi extinto pelo governo Bolsonaro em abril.

A obrigação de investimento de royalties em prevenção tem surgido em debates no Congresso sobre nova distribuição dos recursos do petróleo.

“A receita dos royalties tem entrado em contas totalmente distintas de suas finalidades”, diz o deputado federal Chris-tino Áureo (PP-RJ), que planeja um projeto sobre o tema.

Mesmo quando tinham destinação obrigatória, dizem os entrevistados, os recursos geralmente eram contingenciados pelo governo. Agora, acabam sendo usados para custear despesas correntes ou aposentadorias, como é o caso do Rio, principal beneficiário.

A preocupação maior se dá com relação a desastres de navios, já que a legislação prevê estrutura de combate a vazamentos em plataformas de produção. Cada projeto de produção deve ter uma embarcação de contenção disponível de forma permanente.

O professor da Coppe/UFRJ, Marcus Lisboa questiona a necessidade de manter tantas embarcações próximas a plataformas enquanto não há estrutura para atender emergências em regiões não produtoras.

Segundo ele, são cerca de 50 barcos de apoio dedicados a emergências em operação atualmente no litoral do Sudeste. No Golfo do México, onde se concentra a produção marítima nos Estados Unidos, diz, são seis.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/10/2019

Seção: Especial

Autor: Fábio Fabrini e Julia Chaib

Título: Volume de óleo nas praias do Nordeste diminuiu, diz Marinha

O comandante de Operações Navais da Marinha, Leonardo Puntel, afirmou neste sábado (26) que a presença de petróleo está diminuindo nas praias do Nordeste. Segundo ele, não foram detectadas grandes manchas durante o dia, mas apenas pingos, de retirada mais fácil.

Segundo o almirante, o que há agora são “pequenos pedaços ou pingos de óleo”. “Na maré alta, [eles] vão para praia e, na maré baixa, a gente recolhe. Agente está sentindo que está diminuindo”, comentou.

O comandante disse ser difícil prever se a tendência vai se manter, pois o petróleo migra de forma submersa, por meio das correntes oceânicas, e sua detecção é “muito difícil”.

“Temos pontos identificados e ainda há óleo residual. Mas não há mais chegada de óleo novo.”

Por ora, segundo a Marinha, já foram recolhidas mais de mil toneladas de petróleo. O governo informou que a avaliação sobre a qualidade das águas atingidas para banho terá de ser feita por autoridades locais.

As declarações foram dadas após reunião do Grupo de Acompanhamento e Avaliação, responsável pela resposta à emergência ambiental no Nordeste, que foi transferido do Rio para Brasília neste sábado. O governo sustenta que a mudança facilita a co-ordenação das equipes nos diferentes estados.

O almirante disse que 11 países foram notificados para informar sobre eventual acidente que possa ter provocado vazamento em seus navios-tanques.

A suspeita, com base no comportamento das águas, é que o possível derramamento tenha ocorrido no início de agosto. As primeiras manchas foram vistas no dia 30 do mesmo mês.

“Estávamos trabalhando com cerca de 1.500 navios que passaram pela área marítima do Nordeste brasileiro. Depuramos para 140 navios, e agora estamos com 30”, disse. O almirante ponderou, no entanto, que o número não considera embarcações que transportam petróleo clandestinamente.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/10/2019

Seção: O País

Autor: CAMILA ZARUR

Título: Preservar ou explorar, um debate sem fim para índios

Desde a primeira vez em que foi citado na Constituição, em 1934, o uso das reservas é restrito aos seus povos, como explica o livro “Os Índios na Constituição”. Carta de 1988, no entanto, abriu brecha para exploração

O debate sobre a exploração econômica das terras indígenas, uma das pautas do governo federal, é um assunto controverso que remonta à Era Vargas. Desde a primeira vez em que foi citado em um texto constitucional, em 1934, até os dias atuais, o uso de áreas de reservas indígenas é restrito aos seus povos. No entanto, algumas brechas na legislação reacendem a disputa pelo direito a essas terras.

“Compete à União legislar sobre a incorporação dos silvícolas à comunhão nacional”. É assim, com essas palavras, que os indígenas são citados pela primeira vez em um texto constitucional, em 1934, na Segunda República. Na época, eles eram vistos sob uma condição transitória, e que cabia ao Estado integrá-los à sociedade. Essa questão é explicada no livro “Os Índios na Constituição”, de Artionka Capiberibe e Camila Loureiro Dias.

—O Estado assumia uma política de assimilar o indígena à sociedade como se o Brasil fosse algo homogêneo. O termo “silvícola”, que era muito utilizado na época, tinha uma conotação negativa, como se fosse algo que passaria por um

processo evolutivo —explica Camila, que é professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A Carta atual, de 1988, prevê aos indígenas o “usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”. O parágrafo faz parte de um capítulo específico aos indígenas que, além das áreas reservadas, também garantiu, pela primeira vez, que os costumes e tradições sejam reconhecidos. Isso não era previsto em textos constitucionais anteriores.

MOBILIZAÇÃO EM 1988

Essa visão permaneceu a mesma nas constituições seguintes, mudando apenas na de 1988, após uma mobilização dos povos indígenas, apoiados por grupos religiosos e sociais, iniciada uma década antes. O estopim para o movimento se deu após a tentativa do governo militar de criar um decreto de emancipação do índio que estivesse em contexto urbano. Para Camila, a medida abria uma brecha para que o Estado pudesse explorar as terras de reservas.

— O que estava por de trás disso era um interesse pelas terras indígenas. Desde a Constituição de 1934, já era garantido aos índios o direito à posse das terras em que, como diz o texto, “se achem localizados”. Porém, com a emancipação dos indígenas, eles perderiam esse direito, e a União poderia explorá-los. Então, eles travestiam de ideologia uma medida que tinha um caráter quase que exclusivamente econômico —explica a professora.

Artionka conta ainda que, mesmo antes do decreto, diversas etnias já se reuniam, em meados da década de 1970, em assembleias para conter o avanço de obras estatais em áreas de reservas. Os encontros, que juntavam tribos de diversas partes do país, foram responsáveis pelo surgimento de um movimento indigenista que lutaria por seus direitos nos anos que se seguiram, principalmente, relacionado a suas terras.

—O impacto da expansão de estradas e da entrada nas áreas reservadas para exploração de madeira vai criando a esses grupos uma linguagem, de certa forma, em comum entre eles. Tinham muitas diferenças entre si, mas percebem também que muito de seus problemas são parecidos. Com o apoio da Associação Brasileira de Antropologia e, já nos anos 1980, do Conselho Indigenista Missionário, da Igreja Católica, esse movimento ganha força na tentativa de barrar essa tipo de intrusão e, anos depois, ser uma voz importante na Constituinte de 1988 —explica Artionka, do Departamento de Antropologia da Unicamp.

Apesar da elaboração de um capítulo específico para os indígenas na Constituição, os embates para o uso das terras indígenas não cessaram. No

próprio texto de 1988, há um parágrafo que abre uma brecha para a exploração dessas áreas, ao dizer que o aproveitamento dos recursos naturais em terras indígenas podem “ser efetivados com a autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas”

— Tem um cipoal jurídico em torno disso. Está previsto na Constituição que a exploração de minério nessas terras deve ser disciplinada por uma lei complementar. A proposta dessa lei foi feita em 1996, por uma figura já bastante conhecida da nossa política nacional, Romero Jucá, que na época era senador. Essa PL tramita até hoje no Congresso, mas que nunca conseguiu ser aprovada porque havia um embate interno que conseguia travá-la — explica Artionka.

Segundo a pesquisadora, as divergências sobre a exploração de terras aconteciam até mesmo entre instituições de governos, o que dificultava uma solução:

— A causa indígena vai atravessando décadas. Os problemas são mais ou menos parecidos, o tipo de exploração é que varia ao longo do tempo. Tivemos exemplos de embates desse tipo acontecendo entre o Ministério do Meio Ambiente com o da Agricultura, ou com o de **Minas e Energia**. Essa divisão interna nos interesses, entre explorar ou preservar as reservas indígenas, criavam um entrave nessas questões.

Artionka, porém, se preocupa com a possibilidade de que a falta desses embates acarretem no avanço da exploração de terras e nas violações dos direitos indígenas.

— Se antes essa disputa interna no governo podia ajudar os povos indígenas face ao ataque massivo que vinha do Congresso Nacional, hoje, o ataque vem de todos os lados. E aí a gente vê uma progressão nesse processo — destaca.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/10/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: O governo político ameaça o governo que trabalha

Ruídos provocados por Bolsonaro e filhos atraem atenção, e as áreas que funcionam ficam em segundo plano

Há peças que precisam se ajustar para a economia se mover para a frente. Poder de compra da população, inflação, investimentos são apenas alguns fatores que interagem para propiciar aumento na produção, mais emprego,

mais consumo. Existem indicadores que mostram melhorias em vários setores, sinais de que a economia se move — crescem o número de lançamentos imobiliários (quase dobrou no segundo trimestre), a venda de veículos (expectativa de mais de 10% no ano), a reação no comércio varejista (o melhor julho em seis anos). Tudo muito abaixo do pico em 2013/2014, mas em ascensão.

Segmentos do governo e do Congresso que não se envolvem na cansativa e estéril guerra ideológica têm tempo para trabalhar. Os resultados aparecem. A aprovação da reforma da Previdência é o principal. Há outros projetos em andamento que também são peças que se encaixam neste processo de aceleração do crescimento.

Os ruídos provocados pelo presidente Bolsonaro e família atraem muita atenção, e o governo que funciona fica em segundo plano. Tuítes descabidos, declarações impensadas, brigas partidárias repercutem mais do que leilões de infraestrutura e energia elétrica: os certames realizados até agora já garantiram investimentos privados de R\$ 22,4 bilhões nos próximos anos. Um único leilão no setor de energia assegura investimentos de R\$ 11,1 bilhões.

Apolítica de atração do setor privado para estas áreas adotada no governo Temer tem sequência com Bolsonaro. Já houve 20 leilões de projetos em portos, ferrovias, aeroportos, estradas e energia elétrica. Este ano, empresas que arremataram projetos já destinaram ao Tesouro R\$ 5,8 bilhões.

Até o final do governo, em 2022, há uma carteira de projetos a serem leiloados que podem significar R\$ 230 bilhões em investimentos do setor privado ao longo do tempo. Sem considerar as altas cifras dos leilões de petróleo e gás. Para uma economia anêmica em termos de ampliação da infraestrutura em geral, uma boa perspectiva.

Onde há carência, existem oportunidades de investimentos. E as carências brasileiras são inúmeras. Nos transportes há várias. A meta do Ministério da Infraestrutura é passar para a iniciativa privada 16 mil quilômetros de rodovias federais. Tudo dando certo, haverá nelas R\$ 137 bilhões de investimentos.

É historicamente difícil no Brasil o modal das ferrovias. Mas o ministério conseguiu atrair interessados em explorar 1.537 quilômetros, o principal trecho da Ferrovia Norte-Sul, entre São Paulo e Goiás. Espera-se que os casos se multipliquem, enquanto há excesso de liquidez em um mundo em desaceleração econômica.

O Brasil, se não errar muito, continuará a ser uma boa opção para este dinheiro que não consegue retornos aceitáveis numa fase de juros muito baixos em

todos os mercados globais. Até no brasileiro. O risco dos erros se concentra no Palácio e no anexo da família Bolsonaro.

Os investidores analisam o grande potencial econômico do país. Mas também se preocupam com a estabilidade política. A cada crise gerada pelo próprio governo, algum investidor se retrai na Ásia, Europa e América do Norte. O governo que trabalha pode seguir em frente, mas sempre será afetado pelo governo que só se preocupa com a luta política e as desavenças pessoais.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Ascânio Seleme

Título: A BARRAGEM DA BARRAGEM

Está praticamente pronto um enorme muro que a Vale mandou erguer abaixo da barragem de rejeitos da mina ameaçada de se romper em Barão de Cocais (MG). Nem Donald Trump pensou em um muro de tão impressionante gigantismo. Com 310 metros de extensão, o muro da Vale tem 36 metros de altura, equivalente a um prédio de dez andares, e 11 metros de largura. Nada passa por ele, sobretudo jamais passarão os rejeitos na hipótese do rompimento da barragem, garante a mineradora. Em janeiro, todos os moradores que foram desalojados por motivo de segurança na região poderão voltar para casa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: As tragédias e o povo brasileiro

Que brava gente é esta que vai para as praias como se fosse para a guerra e luta com as mãos contra o ataque de um óleo espesso e grudento e tóxico. E limpa tudo o que pode até ver a areia limpa, e volta no dia seguinte disposta a novas batalhas porque mais sujeira pode chegar do mar. O mar que normalmente traz a água boa do banho, o peixe, a onda do surfista, o ganho do jangadeiro, do pescador, do dono da pousada e esse horizonte aberto que alonga e descansa o olhar.

Quando o pior aconteceu, e o petróleo começou a desembarcar em ondas sucessivas em 238 praias, em 2.250 quilômetros do litoral, quem primeiro acudiu o Nordeste foi seu povo. O governo tardou, se confundiu, errou, não teve a real dimensão da gravidade do caso. O ministro do Meio Ambiente, como

sempre, fugiu da verdade. Ele parece não conviver bem com ela. No máximo aceita uma meia verdade, um fato editado, um número mal contado. Sua predileção é pela procura de inimigos imaginários. É intenso o seu esforço para desfazer a razão do cargo que imerecidamente ocupa.

O país passou os últimos dias vendo em todos os jornais, telejornais, revistas, os relatos, as imagens e as entrevistas com inúmeras pessoas que estão espalhadas em todas as praias, trabalhando sem remuneração, sem cargo, sem adicional, sem proteção, arrancando o mal que se espalha, impregna, gruda, mata a fauna, sufoca a natureza. São os perigosos hidrocarbonetos, energia fóssil, da qual o mundo talvez um dia se livre, se não for tarde demais.

É inevitável ter sentimentos conflitantes diante dessas cenas dos brasileiros tirando as suas praias das garras do petróleo. Fica-se comovido com a devoção dos voluntários e ao mesmo tempo com medo do que possa acontecer a eles pelo efeito do contato com material tóxico a que estão se expondo por amor à terra.

Essa é a terceira tragédia ambiental que atinge o Brasil apenas em 2019. Houve Brumadinho abrindo a temporada de dores, com seus milhões de metros cúbicos de rejeitos soterrando funcionários e moradores. Os bombeiros afundaram na lama e arrancaram de lá os corpos para que as famílias enterrassem seus mortos. Foram infatigáveis, foram indescritíveis, foram além do limite do possível para atenuar as aflições de quem perdeu tanto pelo crime cometido por uma empresa reincidente. O motivo da tragédia foi o descuido com o meio ambiente, a ganância de esgotar o minério das entranhas de Minas, sem entregar aos mineiros sequer o investimento que os protegesse da morte. Os erros se acumularam por anos, décadas, de fiscalização errada, de incompetência, de uma visão predatória da mineração. A mesma Vale que soterrou o Rio Doce, entupiu as barragens que explodiram sobre Brumadinho.

O fogo ardeu na Amazônia destruindo quilômetros e quilômetros de floresta. As chamas seguiram o rastro do desmatamento como sempre fizeram. Já se conhecem os passos desse crime. O erro desta vez foi o governo emitir os sinais errados que os criminosos entenderam como licença para desmatar e queimar. O governo primeiro ignorou, em seguida negou o problema, depois atacou os cientistas do Inpe, inventou culpados, e por fim despachou as Forças Armadas para apagar o incêndio. Dentro de algumas terras indígenas, são os próprios indígenas que têm feito patrulha e tentado espantar os invasores.

O desmonte dos órgãos ambientais, a falta de estrutura, o assédio que os servidores viveram, a troca atabalhoada das chefias, os órgãos que ficaram acéfalos, as portarias paralisantes, tudo teve reflexo em cada tragédia ambiental que o Brasil tem vivido. Por toda a costa nordestina, quem esteve

presente desde o primeiro momento foram os voluntários, inúmeros deles. Seu exemplo foi tão eloquente que o governo teve que correr e mostrar serviço.

Tem sido um tempo de descrever das virtudes do país, por isso o que os nordestinos resgatam é mais do que imaginam. Não são apenas as areias, as tartarugas, as aves, os manguezais, as águas do mar. Resgatam a autoestima do país, a confiança de que podemos nos tirar das dificuldades, de que o país pode dar certo, mesmo que seja longa e penosa a crise que se abateu sobre nós. Pode fazer muito um país onde o povo é capaz de travar batalhas para salvar suas praias do afogamento.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/10/2019

Seção: Sociedade

Autor:

Título: Praia liberada por ministro do Turismo estava imprópria

Óleo chegou a mais quatro locais de Pernambuco e atingiu também foz de rio na ilha de Itamaracá

A praia pernambucana de Muro Alto, em Ipojuca, estava imprópria para banho quando o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, molhou os pés e as mãos e afirmou que a região estava “completamente apta à frequência de turistas”. Ele visitou o local na última sexta-feira.

Naquele dia, de acordo com Eduardo Elvino, diretor de controle de fontes poluidoras da Agência estadual de Meio Ambiental (CPRH), ainda havia óleo na água. Isso automaticamente faz com que ela fique imprópria para recreação por conta de uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

—Tinha óleo na sexta-feira. Mas foi feito um mutirão de limpeza, com ajuda da prefeitura, da CPRH e de voluntários, conseguimos limpar — afirmou o diretor do órgão do governo de Pernambuco: —A nossa posição é que as pessoas não entrem na água nas praias onde ainda têm presença de óleo visual, pois o contato pode ter consequências. A responsabilidade é do banhista. Caso não tenha óleo, pode tomar seu banho.

Em Brasília, o presidente em exercício, Hamilton Mourão, afirmou que as praias do país já tiveram o óleo recolhido e estão em condições para banho.

— O óleo já foi recolhido. Acredito que não tem mais nenhuma praia suja no Nordeste. Todas estão com óleo recolhido. À medida que vai aparecendo, nós estamos deslocando os especialistas para lá, eles fazem a limpeza e pronto, a praia está em condições de banho —afirmou Mourão, pela manhã.

No entanto, o óleo atingiu ontem a foz do Rio Jaguaribe e três praias (Sossego, Enseada dos Golfinhos e Pontal) na ilha de Itamaracá, além da praia da Piedade, em Jaboatão dos Guararapes.

Os trabalhos de limpeza ainda continuam na Enseada dos Corais (Cabo de Santo Agostinho), na Praia de Jaguaribe (Ilha de Itamaracá), no Paiva (Cabo de Santo Agostinho), em Gaibu (Cabo de Santo Agostinho), na Itapuama (Cabo de Santo Agostinho), na Praia do Janga (Paulista) e no Pontal de Jaguaribe (Ilha de Itamaracá).

Pela manhã, o óleo também já havia sido identificado novamente no litoral de Aracaju, em Sergipe. As manchas escuras foram vistas nas praias da Cinelândia e Atalaia. Em Sergipe, todas as 17 praias foram afetadas e também apresentaram reaparecimento das manchas após serem limpas.

REDUÇÃO

O comandante de operações navais da Marinha, almirante de esquadra Leonardo Puntel, afirmou ontem que o volume de óleo encontrado no litoral, ainda de origem desconhecida, começou a diminuir. Na avaliação dele, ontem não houve registro considerável em praias do Nordeste, apenas pequenas manchas que foram tiradas rapidamente.

— Teve um período na semana passada em que houve aumento dessa quantidade na Bahia, Sergipe, Alagoas e sul de Pernambuco. Esse volume começou a decrescer agora.

MME / ASCOM .